

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2022 - SECULT

São Gonçalo do Amarante – CE, 01 de Abril de 2022.

1. ABERTURA

O Ilmo. Secretário de Cultura do Município de São Gonçalo do Amarante – CE, Sr. CLEILSON MENDES ANDRADE, vem instaurar nesta data o presente processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** visando à **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS DESTINADOS À APRESENTAÇÃO DA CANTORA ANA NÓBREGA DURANTE O EVENTO CULTURA DE TODOS: EMPODERAMENTO FEMININO, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 06 DE MAIO DE 2022, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE**, considerando os termos do artigo 25, inciso III da Lei Nº. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA

A razão da presente contratação procede, principalmente, dos seguintes motivos:

Considerando que o EVENTO CULTURA DE TODOS é um projeto cultural realizado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/CE, através da Secretaria de Cultura, que se desenvolve por meio de manifestações como shows, palestras, exposições, espetáculos, festivais, e outros, que tem o objetivo de promover o município artisticamente, unir pessoas e movimentar a renda da cidade. Além de atuar de forma sustentável e acessível, dando oportunidade a todo tipo de classe, gênero e raça, tendo vista a sua diversidade.

Considerando que, muitas vezes o projeto atua de forma inédita, mas também dá suporte à projetos dos produtores culturais locais, incentivando a classe artística em todas suas categorias.

Considerando que a participação de mulheres ganha cada vez mais destaque em ações culturais do nosso município, principalmente na economia criativa, e sabendo da importância desse protagonismo nas ações da cultura, foi pensado em potencializar ações culturais voltadas para esse público.

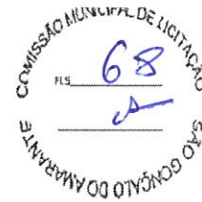
Diante da necessidade da contratação de show de artista e palestrante para atrair o público de mulheres de todas as idades, conhecemos o trabalho da Cantora Ana Nóbrega.

A cantora é conhecida nacionalmente, no qual não apenas se apresentará, como também trará uma proposta de palestra que aborde sobre assuntos pertinentes, relacionados ao cotidiano e empoderamento feminino.

Assim, pelas razões e posicionamentos ora expedidos, a devida contratação se justifica por se tratar de uma artista nacionalmente conhecida, principalmente por mulheres, atendendo o interesse público municipal e objetivo do evento.

3. FUNDAMENTO JURÍDICO

Como é sabido, a licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88.



artigo 37- (omissis)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar os procedimentos licitatórios e essas eventuais ressalvas foi então criada a Lei Nº. 8.666/93, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

É certo que nos precisos termos do artigo 3º da citada Lei, licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, sendo esse procedimento uma regra, nos termos do artigo 2º, do antedito diploma.

Todavia, existem certos casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tornando-a **dispensada, dispensável e inexigível**.

Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; que não é obrigatório ou compulsório. JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale à licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição".

Ora, em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores. Assim, quando a Administração visa a aquisição de um bem ou a contratação de um determinado serviço, pesquisa no mercado várias empresas que possam atender à sua necessidade.

A aquisição de um equipamento ou serviço comum pode ser feita por meio de múltiplos fornecedores/prestadores de serviço, que comercializem esse tipo de produto/serviço. Muitos interessados em condição de serem contratados podem fornecer à Administração, desde que atendidos os pré-requisitos documentais e as especificações da contratação. Há todo um universo de competidores. Da mesma forma em relação aos objetos a serem contratados, os quais claramente se tratam de bens ou serviços corriqueiros, cuja oferta está fácil e ordinariamente disponível no "mercado padrão" dada a sua multiplicidade, fato este que justifica a abertura de um procedimento licitatório.

Assim, ante à possibilidade de concorrência, imperiosa está a realização do certame para a obtenção da melhor proposta, dentro das regras estabelecidas que guardam a isonomia entre os competidores.

Diante disso, a regra é licitar, pois a escolha de um determinado fornecedor sem o devido procedimento licitatório, favorecendo apenas um dentre muitos, quando existem vários com possibilidade de contratação, inexoravelmente, irá quebrar o equilíbrio da competição, ferindo frontalmente o princípio da isonomia.

Entretanto, quando a Administração necessita adquirir um bem ou contratar um determinado serviço, que possui **características especiais e especificações ímpares**, não

existentes usualmente no “mercado padrão”, torna-se impraticável a realização de licitação, pois o universo de competidores é restrito.

Nessa situação, a regra de licitar para se obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de fornecedores, dá lugar à sua **exceção de não licitar**, pois o objeto assume uma característica de tamanha **singularidade** que se torna incompatível realizar uma competição, em razão da particularidade do objeto almejado pela Administração, haja vista que apenas um bem ou serviço específico, com certas características, irá satisfazer o interesse público. Como afirma CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, “Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais.”

Logo, a **inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição**. Esta é uma consequência que pode ser produzida por diferentes causas que consistem nas hipóteses de ausência dos pressupostos necessários à licitação.

Destaque-se que em todos os casos de inviabilidade de competição existe um objeto singular. A singularidade consiste na “*impossibilidade de encontrar o objeto que satisfaz o interesse público dentro de um gênero padronizado, com uma categoria homogênea*”. É aquele que poderia ser qualificado como **infungível**.

Nesse diapasão, cumpre analisar de forma geral o enquadramento legal da contratação de serviços artísticos, à luz dos critérios estipulados no art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

Com efeito, a lei de licitações declara textualmente inexigível licitação quando se trate de contratação de “profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES (*in* Contratação Direta sem Licitação. 5ª ed. Brasília Jurídica. 2004, p. 613-622) lembra que para a regularidade dessa contratação direta existem três requisitos, além da inviabilidade de competição: 1) que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional; 2) que seja feita diretamente ou através de empresário exclusivo; 3) que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Ressalte-se que a contratação de um artista, considerada como inviabilizadora da competição, constitui típica **obrigação de fazer**, do tipo *intuitu personae*, isto é, que só pode ser realizada diretamente pelo contratado. Portanto, há indiscutível inviabilidade de realização de licitação, uma vez que as obras ou eventos artísticos exprimem as características pessoais de seus autores, sendo incomparáveis entre si e, dessa forma, dificultando a definição do objeto ou os parâmetros para avaliar qual a proposta mais conveniente.

Assim, a inexigibilidade da contratação de artistas se prende à individualidade de sua produção intelectual ou cultural, que se caracteriza pelo que o eminente jurista Celso Antônio Bandeira de Mello define como “*singularidade relevante*” conforme trecho adiante transcrito:

“Evidentemente, o que entra em causa, para o tema da licitação é a singularidade relevante, ou seja; cumpre que os fatores singularizadores de um dado serviço apresentem

realce para a satisfação da necessidade administrativa. Em suma, que as diferenças advindas da singularidade de cada qual repercutam de maneira a autorizar a presunção de que o serviço de um é mais indicado do que o serviço de outro”.

Com efeito, é manifesto que nem todos os serviços artísticos têm esses predicados. Somente os artistas que por sua consagração pela crítica ou público gozam dessa circunstância especial, marcante para a população ou para a Administração Pública, e se revestem desse caráter singular.

Segundo os critérios estipulados no art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93, pode-se claramente perceber que maior relevância se deve dar à **consagração do artista a ser contratado**. Diante da consagração da artista, vislumbra-se a **natureza incomum do serviço**, se enquadrando ao conceito legal estatuído no dispositivo da Lei de Licitações. Desse modo, a singularidade do objeto pretendido pela Administração é o ponto fundamental da questão.

Diante do exposto, vê-se que o caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação **inexigível**, pois a natureza dos serviços pretendidos conduz à possibilidade da ressalva licitatória.

4. RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA – CONSAGRAÇÃO POPULAR

Com o objetivo de fortalecer o elo entre cultura e mulheres gonçalenses, foi idealizado o Evento CULTURA DE TODOS, que contará com apresentação artística da Cantora Ana Nóbrega, respeitando as medidas necessárias para enfrentamento da COVID-19 e os decretos vigentes.

O evento é voltado para mulheres do Município de São Gonçalo do Amarante/CE que acontecerá no dia 06 de maio de 2022, com o intuito de trabalhar o empoderamento feminino, onde serão abordadas quatro importantes áreas: cultura, cidadania, emocional e educação financeira, levando às mulheres uma nova visão de vida; fazendo com que elas entendam a capacidade que cada uma tem em exercer papéis importantes na sociedade, seja no meio cultural, artístico, político e econômico.

A escolha da cantora Ana Nóbrega, neste ato representada pela empresa CRT PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME, ocorre por ser uma artista ex-vocalista do Ministério Diante do Trono, reconhecida em território Nacional, estar no mercado há anos, já ter participado de congressos para mulheres em diversos estados do país. Mas, principalmente, por ser uma Atração que ajudará tanto no empoderamento feminino, quanto no fortalecimento espiritual das mulheres que participarão do evento, ao mesmo tempo que será possível seguir todos os protocolos da Organização Mundial de Saúde e decreto Estadual, pois a apresentação será de forma presencial.

Diante do exposto, a razão da escolha de contratação da **CRT PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME**, inscrita no CNPJ **14.774.803/0001-08**, deve-se ao fato de a mesma

ser a única que possui representação de caráter exclusivo para apresentação artística da Cantora Ana Nóbrega.

5. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do erário deve ser meta permanente de qualquer administração. Considerando esse aspecto, a Secretaria Municipal de Cultura constatou que os valores praticados pela empresa contratada são perfeitamente compatíveis com aquele praticado pela referida empresa junto a outros órgãos/entes em ações semelhantes, utilizando-se da mesma forma de contratação, conforme comprovação em anexo.

Assim, o valor da contratação será de **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, a ser pago até o dia da apresentação.

Em favor de **CRT PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N°. 14.774.803/0001-08, com sede à Rua Hilário Della Roveri, 57132 - Jd. Portal das Palmeiras, Auriflama/SP, CEP 15.350-000, E-mail: claudemir.trindade123@gmail.com, Telefone: (17) 997514871 / 98158-4900.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2022 do FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA, classificados sob o código: **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1302 13 392 0041 2.123 REALIZAÇÃO DE FESTEJOS E EVENTOS PARA PROMOÇÃO DAS TRADIÇÕES DO MUNICÍPIO, ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA, SUB ELEMENTO 3.3.90.39.23 FESTIVIDADES E HOMENAGENS, FONTE DE RECURSO: 1500000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.**


CLEILSON MENDES ANDRADE
Secretário Municipal de Cultura